

contesta toda pretensão de hegemonia cultural y convida a cada uno a establecer la proximidad contextual de la gratuidad del servicio desde la universalidad del amor de Dios. La fraternidad universal no puede ser construida en base a la dominación sino en base al servicio. En un mundo atravesado por la injusticia, donde las diferencias naturales entre fuertes y débiles se han convertido en relaciones de opresión, de víctimas y verdugos, la opción gratuita por servir a los pobres y de solidarizarse con las víctimas, es la única posibilidad de anunciar el evangelio a todos.

Esta gratuidad tiene su fundamento en la propia autolimitación divina en la encarnación, que como *kénosis* (Fl. 2,6-8), se ofrece como fundamento para una comprensión nueva de la misión de la Iglesia en un mundo pluricultural atravesado por los conflictos y la violencia mimética. Se trata de recoger la tensión profunda entre el núcleo sacrificial de toda cultura y la gratuidad del amor de Dios manifestado en su despojo de sí mismo para establecer una proximidad misericordiosa, absolutamente nueva, con todos y todas, que rompe con toda violencia sacrificial. Esto significa que el anuncio del evangelio no consiste en la realización de un proyecto histórico "cristiano". Se trata de hacer presente el horizonte del Reino en todos y cada uno de esos proyectos, a partir de los oprimidos y de las víctimas. La misión comprendida como *kénosis* remite a la búsqueda de una Iglesia que, despojada de su poder acumulado en su larga travesía cultural ligada a la expansión cultural de occidente, retoma el anuncio del Reino, con los mismos sentimientos de Cristo, que se hizo huésped y humilde compañero, colocando su tienda en medio de nosotros.

José Fernando Díaz Fernández é doutor em Teologia Dogmática com Concentração em Missiologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, Brasil.

ECONOMIA E DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA¹

Pe. Dr. Márcio Anatole da Sousa Romeiro

No contexto deste Seminário que teve como tema Economia e Reino de Deus, gostaria de apresentar uma reflexão sobre a articulação entre Economia e Doutrina Social da Igreja. Em primeiro lugar, gostaria de considerar três atitudes que me parecem fundamentais para compreender um possível significado para esta articulação. Trata-se, pois, de perceber o retorno à Doutrina Social como a) um ato de coragem, b) um ato de comunhão e c) um ato de conversão.

Introduzida a questão na perspectiva da coragem, da comunhão e da conversão, gostaria de discutir brevemente três pontos: 1) A Economia e a Doutrina Social da Igreja são paradigmas que se integram mas que podem ser lidos como experiências que se excluem; 2) A Doutrina Social da Igreja é uma linguagem que exige dicionário e gramática; 3) A Doutrina Social da Igreja é um Serviço dos Cristãos, na Igreja, para a vida do Mundo.

INTRODUÇÃO

A perspectiva adotada nesta intervenção é aquela do pastoralista. Diante da pluralidade de ministérios, de tarefas e de papéis desempenhados no interior da própria Igreja e também na sociedade em geral, pastores e pastoras são chamados a dar testemunho, em comunidade, da vida cristã. A partir da articulação economia e doutrina social da Igreja quer-se evidenciar como a evangelização pode tornar-se fato. Trata-se, portanto, de reconhecer como o

¹ Este texto inicialmente foi uma comunicação pronunciada no Seminário: "Economia e Reino de Deus", organizado pelos padres da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus (Dehonianos) e realizado em Brusque, Santa Catarina de 20 a 23 de setembro de 1999.

Evangelho acontece não apenas no próprio testemunho comunitário, mas também, no anúncio, no diálogo e no serviço².

Interpelar o rico patrimônio cristão sistematizado no corpo doutrinário da assim chamada Doutrina Social da Igreja³ é expressão da confiança de que temos algo a partir de onde podemos contribuir, no espaço público, com a construção da justiça, não como fruto de decretos mas como resultado do amadurecimento das relações e do crescimento do respeito e do entendimento entre as pessoas, povos, culturas e nações. Trata-se, portanto, de um jeito modesto e firme de dizer: face à injustiça generalizada, o futuro pode ser melhor pois, até certo ponto, está em nossas mãos a possibilidade de, pela autenticidade no discipulado, antecipar o Reino.

A) Ato de coragem:

Colocar em discussão a relação existente entre Economia e Doutrina Social da Igreja é uma atitude que exige coragem, particularmente em virtude da situação de injustiça generalizada na qual o presente está inserido. Como cristão, mas também como pastor de um povo de múltiplas feições, gostaria de agradecer a corajosa resposta que este grupo, através dos organizadores deste evento, está dando ao apelo do Divino Mestre que convida ordenando: “Vem e Segue-me”! Ao ouvir, como alguém de fora, isto é, como alguém que não pertence diretamente à família dehoniana, o pedido exortativo: “teu reino em primeiro lugar”⁴, meu coração bateu mais forte e meus sentimentos chegaram à beira da emoção. Ainda existe fidelidade em Israel!

² Cf. CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil: 1995-1998*. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 97-150; Documentos da CNBB, 54; CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil: 1999-2002*. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 109-168. Documentos da CNBB, 61.

³ Aqui a expressão “Doutrina Social da Igreja” será apenas assumida, sabendo-se que existem variações conforme se queira acentuar um ou outro aspecto das diferentes dimensões da própria expressão. Ensino (ou ensinamento) social cristão, ou Doutrina Social Cristã, são termos preferidos por alguns autores. Para uma discussão mais aprofundada desta questão veja: HÜNERMANN, Peter (Ed.) *Enseñanza social da Igreja en América Latina*. Frankfurt: Vervuert, 1999.

⁴ Trata-se da citada oração pronunciado pelo padre provincial na liturgia de abertura do Seminário em 20.09.99, na capela da Casa dos Padres Dehonianos de Brusque – SC.

Às sombras desta determinante vontade de fidelidade, é possível pendurar nossas guitarras e acordeões para, no repouso investigativo, descobrir os caminhos institucionais que reconduzem à reconstrução do encontro com Deus na vida do pobre. Há aqui uma dupla coragem que precisa ser ressaltada. A primeira diz respeito ao fato de que sempre é tempo de descobrir Deus na vida do pobre. Nesse ponto, coragem e sabedoria se unem. Sábio, não é o forte que impõe uma manifestação, mas sim o corajoso que afirma a atualidade de uma hierofania que nunca perde sua força porque haure sua pertinência da sua própria ontologia, protegendo-se, assim, de todos os desvios, até os da hermenêutica, quando esta perde-se nos caminhos da política.

Recorrer à Tradição sistematizada na Doutrina Social da Igreja é também um ato de coragem porque trata-se de reconhecer nesta doutrina uma fonte de inspiração para a construção de um futuro que se apresenta como real alternativa às contradições deste mesmo presente. Sob esta perspectiva, pode-se dizer que a Doutrina Social da Igreja desafia o presente dito nos cânones da Economia triunfante, interpelando a comunidade eclesial, a partir do ser vivido, a assumir uma opção que exige um viver coerente e em sintonia com sua história e utopia cristãs. A perspectiva que gostaria de indicar é, portanto, a vontade de reconhecer que no passado recente e remoto da comunidade eclesial existem referências que não deixam sucumbir à tentação do estabelecido, do fatalismo ou, ainda, até da resignação⁵.

B) Ato de comunhão

A Economia está sendo colocada como desafio, um quase obstáculo, porém não à luz de qualquer referencial. Há uma opção já feita e que agora torna-se uma referência epistemológica. Trata-se de voltar-se para o econômico

⁵ Esta idéia não será desenvolvida neste texto, uma vez que seu objetivo não é o de identificar, historiar e interpretar os documentos mais importantes para a constituição do quadro referencial da Doutrina Social da Igreja, remontem estes documentos à época dos Santos padres ou pertençam eles ao magistério recente da Igreja. Sua indicação aqui tem o intuito de esclarecer que a Doutrina Social da Igreja será apontada como uma referência utópica para se pensar qualquer proposta socioeconômica-política.

co tendo presente a justiça, a solidariedade, a distribuição de renda, a subsidiariedade, a dignidade do pobre, a liberdade, o amor, a primazia do trabalho sobre o capital, o bem comum, etc. Enfim, o desafio é para não se perder no campo minado da técnica e do interesse mesquinho, de aproximar-se da Economia deixando-se conduzir pela já secular Doutrina Social da Igreja. Não há dúvidas de que se trata também de uma opção pastoral e não apenas hermenêutica ou epistemológica.

De Leão XIII a João Paulo II muitas coisas, tanto na sociedade como na economia e na Igreja, alteraram-se. Da Revolução Russa no início do século à queda do Muro de Berlim no final da década de 80; do aparecimento das primeiras empresas multinacionais ao mercado globalizado, nosso velho mundo maquiou-se parecendo ser o que não era. Aqui não cabe um juízo de valores, mas a tentação é grande em se dizer: se era feliz e não se sabia. O que mais importa, entretanto, é reconhecer que muitos referenciais consolidaram-se e agora são irreversíveis. Não seremos para sempre, em todo caso, nós e as gerações vizinhas, irreverentes, moderno, pós-modernos, em busca de modernidade?⁶. Até o próprio desejo de retorno às fontes mais remotas (o Evangelho, os Santos Padres) e às mais recentes (a Doutrina Social da Igreja, por exemplo) expressa a sede insaciável de eternidade que tanto seduziu o bispo de Hipona⁷ a ponto de influenciar inclusive o recente catecismo da Igreja Católica⁸.

⁶ Cf. KÜNG, Hans. *Teologia caminho: fundamento para o diálogo ecumênico*, traduzido do alemão por Hans Jörgwitter. São Paulo: Paulinas, 1999.

⁷ No primeiro parágrafo do livro *Confissões*, Santo Agostinho escreve: “ ‘Sois grande, Senhor, e infinitamente digno de ser louvado’. ‘É grande o vosso poder e incomensurável a vossa sabedoria’. O homem, fragmentozinho da criação, quer louvar-Vos; - o homem que publica a sua mortalidade, arrastando o testemunho do seu pecado e a prova de que Vós resistis aos soberbos. Todavia, esse homem, particulazinha da criação, deseja louvar-Vos. Vós o incitais a que se deleite nos vossos louvores, porque nos criastes para Vós e o nosso coração vive inquieto, enquanto não repousa em Vós” [Santo Agostinho. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultura, 1996, p. 37].

⁸ Cf. CATECISMO da Igreja Católica, parágrafo 30.

A fé cristã em geral e, particularmente, a possibilidade que ela abre ao diálogo com a experiência humana podem apontar caminhos de renovação. Ao referir-me a Agostinho para explicitar o desejo de comunhão com Deus, e ao identificar este traço utópico no Catecismo da Igreja Católica, estou querendo mostrar que à luz da teologia, da experiência e da esperança cristãs, não há lugar para determinismo nem para resignação frente às plantonistas ditaduras do presente.

O ato de comunhão não é um pio desejo de afago individualista a ser celebrado entre quatro paredes pelos privilegiados de sempre que entre si e com pouquíssimos convidados (só o suficiente para se ter legalidade) fartam-se festejando (sobre os destroços por eles produzidos) as obras de suas mãos. Ao contrário, como também ele é corajoso, o ato de comunhão é uma posição firme em favor da inclusão e do reconhecimento. Não basta a oferta de uma migalha⁹, é preciso convidar para o banquete¹⁰. Cabe à Economia, prioritariamente, possibilitar este sonho. Na Doutrina Social da Igreja, a proposta da partilha expressa nos conceitos de “destinação universal dos bens” e de “função social da propriedade”¹¹ não querem ser caminhos para a realização desta utopia econômica com gosto de comunhão teológica?

⁹ Cf. Lc 16, 19-29. Para as citações bíblicas utilizo a versão da Bíblia de Jerusalém.

¹⁰ Cf. Mt 22, 1-14, particularmente os versículos 8, 9 e 10: “Em seguida disse aos servos: ‘As núpcias estão prontas, mas os convidados não eram dignos. Ide, pois, às encruzilhadas e convidai para as núpcias todos os que encontrardes’. E esses servos saindo pelos caminhos, reuniram todos os que encontraram bons e maus, de modo que a sala nupcial ficou cheia de convivas”. Confirma também o relato de Lucas: Lc 14, 16-24.

¹¹ Em seu texto (fotocopiado) *Economia e Doutrina Social da Igreja*, preparado como subsídio a este seminário, Pe. Antônio Aparecido oferece várias referências sobre estas questões [op. cit. p. 13]; gostaria apenas de destacar alguns textos do Concílio Vaticano II (GS 64, 69, 73 e 74) citados pelo referido autor. Sobre o tema da Destinação Universal dos Bens veja também as atas do colóquio internacional organizado pelo Conselho Pontifício Justiça e Paz de 13 a 15 de maio de 1991 e publicado em versão francesa pela Centurion sob o título *Une terre pour tous les hommes: La destination universelle des biens*.

A evidência do agravamento da situação torna o tempo favorável. Grande é a responsabilidade porque vivemos uma hora escatológica, o que do ponto de vista pastoral é de extrema importância pois, trata-se, como escrevem Gilberto Gorgulho e Ana Flora, da centralidade “da mensagem e da missão de Jesus de Nazaré. A escatologia é o anúncio da vinda do Reino de Deus através da missão de Jesus, em sua vida, morte e ressurreição”¹². A crise¹³, do ponto de vista pastoral, pode apontar para a esperança, desde que os desafios sejam enfrentados em perspectivas proféticas, sapienciais e apocalípticas.

A partir da escatologia, enfrentar a crise profeticamente é, para dizer como os dois autores citados, anunciar “a vinda futura do Reino de Deus e a transformação do ser humano e da história em seu dinamismo mais profun-

¹² GORGULHO, Gilberto; ANDERSON, Ana Flora. *Escatologia 2000: vem Senhor Jesus*. São Paulo: s.n. 1999.

¹³ A crise tem se agravado tanto que até mesmo a grande imprensa não tem podido deixar de noticiar. Reproduzo a chamada e o texto publicado na primeira página do jornal Folha de São Paulo de 29 de setembro de 1999. “Ganho ‘per capita’ sobe 32% entre 94 e 95, mas rendimento dos mais ricos passa a ser 45,5 vezes o dos mais pobres. Concentração de renda cresce em SP”. Após as chamadas segue-se o seguinte texto: “A renda familiar ‘per capita’ cresceu 32% na Grande São Paulo entre 94 e 98, mas o aumento foi maior para quem já ganhava mais, segundo Pesquisa de Condições de Vida divulgada ontem pelo Seade. Nesses quatro anos, período de implantação do Plano Real e primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a renda dos 10% mais pobres subiu 24%, contra 37% na faixa dos 10% mais ricos. Desse modo, o rendimento do topo da pirâmide passou a ser 45,5 vezes maior do que o da base – eram 41,2 vezes em 94. Ao mesmo tempo, o número de famílias que moram em favelas aumentou 47% - de 6,2% em 94 para 9,1% em 98. O controle da inflação, porém trouxe benefícios aos indigentes. O número de famílias cuja renda ‘per capita’ era inferior a R\$ 62,26 caiu de 11,4% para 5,7% do total”. Estes dados publicados após o Seminário Economia e Reino de Deus, apenas confirmam com números referentes ao Brasil, a tendência de interpretar o fato de que, mundialmente falando, diante da atual crise, o fenômeno da globalização é fator de agravamento das desigualdades. Sobre esta última questão confira matéria também publicada na Folha de São Paulo em 21 de setembro de 1999, no Segundo caderno (Folha Dinheiro). Confira também: CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco mundial*, traduzido do inglês por Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

do. A escatologia profética anuncia a presença de Deus na ação de seu povo. Deus vem no ato de conversão do povo. A escatologia é a presença de Deus que acontece na ação humana que se realiza no tempo”¹⁴.

Frei Gorgulho e Ana Flora acrescentam à escatologia profética a escatologia sapiencial e a escatologia apocalíptica. Para nossa abordagem, é importante ressaltar que segundo estes autores “há uma escatologia sapiencial que é uma palavra de *discernimento*, pacífica, serena e incisiva. Ela desfaz o *ethos* convencional e limitado. Desfaz as ideologias. Propõe um novo *discernimento* para viver a comunhão com Deus. É o encontro com Deus que vem salvar. A sabedoria converte, transforma e assegura a comunhão com o Deus da Vida”¹⁵.

No atual momento, não é qualquer resposta que satisfaz. A crise é muito grave para se aceitar qualquer charlatanismo. Por isso, é enorme a necessidade de discernimento para que se possa ver nascer a salvação de Deus. Os tempos são duros e justamente devido a esta dureza, a tentação de viver a comunhão entre quatro paredes à luz de vela e ao som de flauta é enorme. A fuga do mundo não pode ser admitida como uma solução cristã.

Análises recentes do próprio BIRD dão conta de que a pobreza cresce, apesar (eu diria justamente por causa) da abertura dos mercados e da redução do Estado¹⁶. Segundo Gilson Schwartz, o relatório do Banco Mundial divulgado em 15 de setembro “mostra que no período de maior adesão ao neoliberalismo aumentaram a pobreza e o protecionismo em escala internacional”. Após lembrar que a receita liberal ganhou força nos anos 80 fazendo com que

¹⁴ GORGULHO, Gilberto; ANDERSON, Ana Flora. op. cit., p. 4.

¹⁵ Ibidem. O grifo é meu.

¹⁶ Confira matéria publicada no jornal Folha de São Paulo em 16 de setembro de 1999, na primeira página: “Total dos pobres passou de 1,2 bilhão para 1,5 bilhão desde 1987, período em que as economias abriram seus mercados. Pobreza cresce, diz Banco Mundial”. Confira também matéria publicada no mesmo dia por Gilson Schwartz no Segundo Caderno (Folha Dinheiro) p. 2,1, intitulada: “Abertura não reduz pobreza, diz Bird”. Ao citar esta reportagem quero ressaltar não apenas o conteúdo da notícia, mas também o fato que estes temas são tão evidentes que tornaram-se até pauta dos jornais de circulação nacional.

países dito em desenvolvimento aderissem às três famosas teses liberais – aberturas dos próprios mercados, redução do Estado e estímulo à entrada de capitais estrangeiros, - Gilson acrescenta ainda: “Em números absolutos, a quantidade de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia passou de 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão hoje. Segundo o Banco Mundial, se as tendências recentes persistirem, 2015 haverá 1,9 bilhão de pessoas nessas condições. Como proporção da população, a América Latina está entre as regiões onde a pobreza mais cresce”¹⁷.

Uma tarefa primeira do discernimento é perceber que no Brasil a abertura de mercado, ao promover a concentração de riquezas, evidencia a urgência de se buscar a justiça. Dizer que o dogma neoliberal não é portanto bom para os pobres, equívale a reafirmar a necessidade não apenas de buscar ‘vida boa’ mas sobretudo a sociedade justa e solidária, diríamos, sociedade sinal do Reino. Frente a estes desafios e análises econômicas, particularmente no Brasil percebe-se que a abertura econômica tem sido nefasta para os pobres. Entretanto, para nós, pessoas de Igreja, a tarefa continua sendo, como foi sintetizado no *Instrumento de Trabalho* preparatório a este seminário, a de perceber o “amor como princípio inspirador e básico da ação dos cristãos. O amor é força interior que motiva e move a prática social dos cristãos. A luta por transformações sociais é uma das mais complexas formas de concretização do amor cristão”¹⁸. É por esta razão que se torna necessário também uma perspectiva apocalíptica, ao abordar a relação Economia e Reino de Deus. Falar em perspectiva apocalíptica aqui é seguir os autores do texto *Escatologia 2000: Vem Senhor Jesus*, para quem a escatologia apocalíptica é o “anúncio da vinda do Reino de Deus, da libertação do povo oprimido e sofredor; é o anúncio da vida eterna. Este anúncio se faz com a linguagem da imanência temporal e da mudança dos elementos do espaço”¹⁹. Trata-se de, a partir da Teologia, pensar o futuro como espaço-tempo de comunhão.

¹⁷ SCHWARTZ, Gilson. “Abertura não reduz a pobreza, diz Bird”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 set. 1999, Segundo-Caderno, p.1.

¹⁸ *Instrumento de Trabalho*, p. 9 [cf. 2,1, letra i].

¹⁹ GORGULHO, Gilberto; ANDERSON, Ana Flora. op. cit., p. 4.

Ora, se pelo **ato de coragem**, como seguidores, pedimos ao Divino Mestre: - “mostra-nos o Reino, ensina-nos a viver como irmãos” pois, querendo chamar a Deus de Pai, pelo **ato de comunhão**, corremos o risco de pedir: - “deixa-nos beber do teu cálice”²⁰ para a vida do mundo. Deixa-nos oferecer nossa vida, nosso saber, nosso poder, nossas estruturas, nosso dinheiro para que o mundo creia que Jesus é o enviado do Pai, creia que o Filho e o Pai, na unidade do Espírito, são um.

Pela comunhão, aceitamos voluntariamente o desafio da “intropatia indutiva”²¹. Esse princípio permitiu a Edith Stein contrapor ao princípio nazista (e de todo autoritarismo) - de constituição do eu pela eliminação do outro - o princípio do dinamismo comunitário, que plenifica a autonomia moderna do sujeito pela exigência de comunhão, cristalizado no “sentir alguém em outro alguém”. Esta é a razão pela qual podemos afirmar que, como lembra Antônio Aparecido Alves no já citado texto *Economia e Doutrina Social da Igreja*, “no campo das decisões econômicas a solidariedade implica em sentir a pobreza do outro como própria e comungar com a miséria dos marginalizados e, a partir disso, agir com coerência. Não se trata somente de uma profissão de boas intenções, mas sim de uma decisiva vontade de procurar soluções eficazes no plano técnico da economia com a “longimirança” que dá o amor e com a criatividade que brota da solidariedade”²². Trata-se portanto de reverter as prioridades sócio-políticas, ou, em termos mais pastorais, trata-se de propor e efetivar a conversão.

C) Ato de Conversão

Não há dúvidas de que o recurso à Doutrina Social da Igreja para se equacionar a relação entre Economia e Reino de Deus se dá devido ao entendimento que o tema realidade Reino de Deus não apenas possui uma

²⁰ Referência a oração de Jesus [cf. Mc 14, 36].

²¹ O princípio da “intropatia indutiva” surge na obra de Edith Stein para indicar a experiência de “sentir alguém em outro alguém”. Cf. STEIN, Edith. *A ciência da cruz*. Traduzido do alemão por Beda Kruse. São Paulo: Loyola, 1988. Ver particularmente o “Prefácio à edição brasileira”, p. 5.

²² ALVES, Antônio Aparecido. op. cit., p. 15.

força mobilizadora, como também é um critério fundamental de avaliação e julgamento de nossas práticas pastorais, pois, o “Reino de Deus é o horizonte último, a meta final, a referência para que o esforço humano torne o mundo mais fraterno e solidário”²³.

Na história, ainda marcada pela cotidianidade, o Reino escapa à provisoriedade dos nossos esquemas e estruturas. Tal como ave rebelde, ele insiste em voar mais longe. Como boa notícia ele se faz também mensageiro. Aparecendo aqui e acolá ele estimula o peregrino a correr atrás do tesouro. Como uma criança que ao brincar de caça-tesouro recolhe as pistas sabendo que elas são indicativos seguros que conduzem à meta final, assim se comporta o pastoralista que transforma pequenas iniciativas em grandes esperanças. Seria muita ignorância e pretensão acreditar que “feiras livres e comunitárias, sacolões e cooperativas, vilas rurais, projeto fonte-nova, via-láctea, casa família do agricultor, sistemas de parcerias”²⁴ já são o Reino. O Reino de Deus está mais adiante. Tais iniciativas são apenas pistas. Elas indicam que ele é possível. Só seus verdadeiros protagonistas podem avaliar o que estas iniciativas simbólicas exigem do ponto de vista de investimentos, das mudanças de mentalidade e de atitudes, enfim, quanta conversão faz-se necessária para que também elas não sejam um obstáculo ao Reino!

Talvez estas iniciativas, consideradas por alguns, às vezes pejorativamente, apenas como ação ou pastoral social, tenham, desde agora, o mérito de, ao exigir transformação, dar à Pastoral critério para construir e verificar a eficácia e a veracidade dos processos de conversão. Essas iniciativas, portanto, de instrumentos pastorais passam a ser critérios epistemológicos e hermenêuticos de toda ação eclesial que se deixa guiar pela exigente lógica da conversão. A exortação *Ecclesia in América* toca nesta questão quando diz: “a partir do Evangelho, é necessário promover uma cultura da solidarie-

²³ Referência ao discurso de abertura do Pe. Provincial Cláudio Weber no início do Seminário Economia e Reino de Deus, Brusque: 20.09.99.

²⁴ Referências à iniciativas apontadas no Instrumento de trabalho nas páginas 13 e 14, no item 5 (sinais de uma economia solidária).

dade que incentive oportunas iniciativas de apoio aos pobres e aos marginalizados de modo especial aos refugiados, que se vêem forçados a deixar suas cidades e terras para fugir da violência. A Igreja, na América, deve estimular os organismos internacionais do continente para que se estabeleça uma ordem econômica na qual não predomine somente o critério do lucro, mas também os da procura do bem comum nacional e internacional, da justa distribuição dos bens e da promoção integral dos povos”²⁵.

Esse caminho no entanto há que ser trilhado segundo os passos e a metodologia indicado pelo verbo encarnado. O Reino de Deus tem consistência na vida de Jesus porque ele sintetiza seu projeto de Amor. Jesus amou e se entregou. São Paulo nos ensina: “Ele [Cristo Jesus] tinha a condição divina, e não considerou o ser igual Deus como algo a que se apegar ciosamente. Mas esvaziou-se a si mesmo, e assumiu a condição de servo, tomando a semelhança humana. E, achado em figura de homem, humilhou-se até a morte, e morte de cruz!”²⁶. É, pois, a partir da *Kénosis* e de um processo crescente de conversão, e por isso mesmo também *kenótico*, que encontraremos as referências para enfrentarmos a relação entre Economia e Doutrina Social da Igreja, em perspectiva pastoral, a partir de três pontos: 1) Paradigmas que se integram lidos como experiências que se excluem; 2) A Doutrina Social da Igreja uma linguagem que como tal exige gramática e dicionário; 3) A Doutrina Social da Igreja como serviço *dos* cristãos *na* Igreja *para* a vida do mundo.

1. PARADIGMAS QUE SE INTEGRAM LIDOS COMO EXPERIÊNCIAS QUE SE EXCLUEM

Mais uma vez gostaria de retornar ao texto do Pe. Antônio Aparecido²⁷. Ele abre seu artigo, escrevendo: “Não se pode negar o papel importante que a Economia tem assumido em nossos dias. É interessante notar como ‘sobera-

²⁵ *Ecclesia in América*, 52. As próximas citações desta exortação apostólicas serão feitas indicando apenas as iniciais EA seguido do respectivo parágrafo. Utilizo a versão das edições Loyola, 1999.

²⁶ Fl 2, 6-8.

²⁷ ALVES, Antônio Aparecido. op. cit., p. 9.

nia' e 'economia - mercado' hoje estão profundamente unidas: a 'soberania' é um atributo do mercado, que condiciona também a vida política²⁸. Parafraseando Aristóteles, diríamos que a economia é hoje uma 'ciência arquetônica'²⁹. Profeticamente, Paulo VI disse – já há 25 anos! – que se deveria passar da economia para a política (O. A., 46). Por outro lado, o papa João Paulo II fala de uma 'relação indireta' da economia com a paz. A atividade econômica é chamada a aproximar as pessoas, recordando a sua interdependência. As relações econômicas, por vezes de competição e de força, poderiam ser transformadas em relações de solidariedade e de justiça³⁰.

Tendo como referência este quadro ideal, pode-se perguntar: É possível pensar a Doutrina Social da Igreja sem se preocupar com o lugar da economia no mundo moderno? Esta questão é urgente, sobretudo quando se tem consciência de que pela Doutrina Social da Igreja, a comunidade católica exprime uma racionalidade econômica e política que pode, seguramente, trazer uma contribuição positiva nas atuais discussões sobre economia e sociedade.

Ao refletir sobre a relação existente entre economia e sociedade, a partir de uma matriz econômica, o indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1998, por sua vez, destaca o fato de que a economia moderna possui duas origens, a ética e a engenharia. Ambas, porém, segundo Sen, estão profundamente relacionadas com a política. Um dos problemas atuais é que a engenharia econômica tem prevalecido na construção do próprio discurso econômico, o que tem produzido, lamentavelmente, uma economia não apenas "sem" ética, mas uma economia ainda sob o domínio nefasto de uma ética econômica de lógica excludente.

²⁸ Em nota de rodapé o autor indica a seguinte citação: LA VALLE, R., "Rovesciare dal trono il nuovo sovrano, il mercato", *Missione Oggi*, 5, maio de 1996, p. 8.

²⁹ Em nota o autor acrescenta: "Para o Estagirita, a ciência por excelência era a política, cf. Aristóteles, *Ética Nicomachea* [a cura di Claudio Mazzarelli], Milão: Rusconi Libri, 1994, Livro I, 2.

³⁰ Transcrevo a citação em italiano feito pelo autor, inclusive mantendo a sua metodologia de citação: GIOVANNI PAOLO II, "Messaggio per la XV Gionarta della Pace: La pace, dono di Dio affidato agli uomini, In: *La Traccia* 1981, p. 853/XI.

Para Amartya Sen, "de fato, pode-se dizer que a economia teve duas origens muito diferentes, ambas relacionadas à política, porém relacionadas de modos bem diversos, respectivamente concernentes à 'ética', de um lado, e ao que poderíamos denominar "engenharia", de outro. A tradição ligada à ética remonta no mínimo a Aristóteles. (...) Ele considera a política 'a arte mestra'. A política tem de usar 'as demais ciências', inclusive a economia, e 'como, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência precisa incluir as das outras, para que essa finalidade seja o bem para o homem'. (...) A economia, em última análise, relaciona-se ao estudo da ética e da política, e esse ponto de vista é elaborado na *Política*³¹ de Aristóteles. Não há margem em tudo isso para dissociar o estudo da economia do estudo da ética e da filosofia política. Particularmente, cabe observar aqui que nessa abordagem há duas questões cruciais que são especialmente básicas para a economia. Primeiro, temos o problema da motivação humana ligado à questão amplamente ética. Como devemos viver? Ressaltar essa ligação não equivale a afirmar que as pessoas sempre agirão da maneira que elas próprias defendem moralmente, mas apenas a reconhecer que as deliberações éticas não podem ser totalmente irrelevantes para o comportamento humano real. Denominarei essa idéia 'concepção da motivação relacionada à ética'. A segunda questão se refere à avaliação da realização social. Aristóteles relacionou-a à finalidade de alcançar o 'bem para o homem'. (...) Essa 'concepção da realização social relacionada com a ética' não pode deter a avaliação em algum ponto arbitrário como 'satisfazer a eficiência'. A avaliação tem de ser mais inteiramente ética e adotar uma visão mais abrangente do 'bem'. Esse é um aspecto de certa importância novamente no contexto da economia moderna, especialmente a moderna economia do bem-estar"³².

³¹ Em nota de rodapé o autor acrescenta: "Embora Aristóteles discorra sobre o papel do Estado nos assuntos econômicos, também nunca abandona a postura de que 'o fim do Estado' é 'a promoção comum de uma boa qualidade de vida' (*Política*, III.ix; na tradução inglesa de Barker, 1958, p. 117). Ver também *Política*, I, viii-x.

³² SEN, Amartya, *Sobre ética e economia*. Traduzido do inglês por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 19-20.

Desta longa citação gostaria de destacar, antes de mais nada, o aspecto integrador proposto nesta seção sob a noção de “paradigmas que se integram”. Ao constatar que, originando-se na ética ou na engenharia econômica, a economia permanece um desafio político, quer-se ainda reafirmar que, enquanto paradigmas, tanto a economia (aqui entendida como economia [neo]liberal, onde prevalece o mercado econômico) quanto a Doutrina Social da Igreja possuem propostas políticas. Se um parêntesis teórico for possível, pode-se dizer que, sem negar as implicações dos interesses econômicos sobre as definições doutrinárias e a influência das propostas da Doutrina Social da Igreja na vida dos atores econômicos e das estruturas econômicas a partir de uma opção hermenêutica, interpretar a Doutrina Social da Igreja como uma proposição política, é diferente daquela hegemonizada pela economia de mercado marcadamente [neo]liberal, não tanto pelas proximidades teóricas mas muito mais pela ineficácia da atual economia de mercado, na construção de uma experiência política onde a justiça (e acima dela a comunhão) esteja assegurada para os pobres. Economia e Doutrina social da Igreja são, portanto, interfaces de uma mesma realidade política, que no plano da concretização histórica se excluem porque uma (economia de mercado), se consolidada, efetiva a exclusão; enquanto que a Doutrina Social da Igreja deseja ser promotora de comunhão (que se radicaliza na realização escatológica caracterizada pela efetivação do Reino de Deus).

Conceber a Doutrina Social da Igreja, como a própria economia de mercado, usando critérios epistemológicos de leitura da realidade política, é uma opção hermenêutica que, partindo do valor fundamental da experiência humana, recolhe desta experiência os contributos não só técnicos (a engenharia econômica) como, e principalmente, os aspectos valorativos da própria historicidade humana, impreterivelmente marcada pelas opções em funções de valores (ética). Quando tal quadro referencial se viabiliza, entramos no domínio da construção do sentido da história. Fatos e estruturas não surgem ao acaso, são construídos e sua realização atende a interesses específicos. Portanto, pautar-se pelos “dogmas” [neo]liberais ou pelos argumentos da Doutrina Social não é (ao menos como está sendo proposto aqui) uma decisão neutra, significa, ao contrário, a escolha de um futuro possível pela implantação ou correção de percepções do mundo, o que pode ser explicitado a partir de uma

filosofia da história onde o fundamental não é tanto a descrição (o quê?) mas sim a hermenêutica (o por quê?) que, para não esterelizar-se, precisa absolutamente ter presente, na perspectiva do realizável, não só a política (o como) em geral, mas também a tecnologia (os instrumentos tanto técnicos como teóricos).

Do ponto de vista da construção de um sentido da história, do texto citado de Amartya Sen, duas questões poderiam finalmente ser destacadas: como devemos viver? Qual deve ser a nossa visão do bem? Responder a estas questões não é tarefa simples, uma vez que há uma multiplicidade de perspectivas possíveis³³. No entanto, no limite e para as finalidades desta discussão, seria bom destacar o que diz Eduardo Giannetti para quem “as questões econômicas não são apenas questões de praticidade e eficiência, mas também de moralidade e justiça. As questões éticas não são apenas questões de valor e intenções generosas, mas também de lógica fria e exequibilidade. Se a economia desligada da ética é cega, a ética desligada da economia é vazia. O surpreendente não é que a teoria econômica e a reflexão ética voltem a caminhar juntas, mas que tenham permanecido divorciadas e incomunicáveis entre si por tanto tempo”³⁴.

O divórcio indicado por Giannetti permitiu que a Economia mais facilmente se tornasse uma técnica de enriquecimento. É nesse ponto que Economia e Doutrina Social, mesmo sendo paradigmas que se integram, passar a ser experiência que se excluem pois, como lembra Cristovam Buarque³⁵, ao transformar a ‘questão da pobreza’ em problema econômico, a economia [neo]liberal fecha as portas para a transformação não permitindo que a política traga a solução para ‘questão da pobreza’.

³³ Cf. BICCA. *Racionalidade moderna e subjetividade*. São Paulo: Loyola, 1997, ver particularmente o primeiro capítulo “A unidade entre ética, política e história na filosofia prática de Kant” p. 7- 47. Confirma também WEIL, Eric. *Philosophie Morale*. Paris: J. Vrin, 1987; ABENSOUR, Miguel et al, *Phénoménologie et politique: mélanges offerts à Jacques Taminioux*. Bruxelas: Ousia, 1989. RAWLS, John. “La priorité du Juste et les conceptions du Bien”, *Archives de philosophie du droit*, tome 33, p. 39-59.

³⁴ GIANNETTI, Eduardo, in SEN, Amartya, op. cit., primeira capa.

³⁵ BUARQUE, Cristovam. *A revolução das prioridades*. Brasília: INED e outros, 1993.

É no quadro do enfrentamento político da pobreza que a Doutrina Social da Igreja passa a ser assumida como uma proposta utópica. Uma utopia que ganha legitimidade a partir do realismo pastoral que, ao anunciar e perseguir a realização do Reino de Deus, vive pelo milagre da reintegração, da inclusão, da dignificação, da [re]significação do agir e pela [re]motivação do engajamento a possibilidade de se experimentar no presente o que a promessa coloca no futuro.

Apontar, na perspectiva pastoral, a Doutrina Social da Igreja como um paradigma capaz de realizar a utopia social de uma 'sociedade justa' é perceber que, a partir deste arcabouço doutrinal, um edifício para-religioso pode ser construído, afim de que a experiência e a presença humanas não fiquem sem acolhida na história. Por esse caminho, a comunidade cristã em geral, e a católica em particular, quer oferecer sua experiência vivida, mediada pela perspectiva do Reino de Deus, como fator aglutinador e motivador, onde pessoas de diferentes procedências podem abrir-se para a novidade emancipadora do Reino, traduzida na realização político-histórica dos princípios evangélicos, oriundos da Boa Nova anunciada por Jesus de Nazaré e acolhidos na comunidade cristã. Assim, ao pautar-se pela dignidade da pessoa humana, pela liberdade, pela sociabilidade, pelo bem comum, pela solidariedade, pela primazia do trabalho sobre o capital, pela defesa da vida, pela subsidiariedade, enfim, pelo amor³⁶, a Doutrina Social da Igreja não apenas oferece princípios de ação, como também propõe critérios de presença que, se levados a sério e radicalizados, se opõem aos princípios e critérios de organização das sociedades [neo]liberais.

Trata-se, portanto, de perceber que, ao se propor discutir a relação entre Doutrina Social da Igreja e Economia como paradigmas que se integram e experiências que se excluem, se quer servir-se de uma linguagem teológico-pastoral, com o objetivo de aglutinar as pessoas em torno de uma experiência que para os cristãos se traduz por "Reino", e encontra sua materialidade na

objetivação de estruturas justas para e com pessoas felizes e realizadas em cotidianos, que não se fecham sobre si mas apontam e oferecem condições para efetivamente transcender. É evidente que esta transcendentalização não é de forma nenhuma uma alienação (nesse caso haveria apenas redução), razão pela qual as aplicações dos critérios apontam para caminhos onde as experiências chamadas pastorais se apresentam como um contributo para que a economia se [re]encontre com a ética. Afinal, toda a economia tem uma doutrina, e sem dúvida alguma, a Doutrina Social da Igreja aponta para exigências econômicas caracterizadas particularmente como exigência de superação da pobreza, pois se é verdade que paz e justiça se interligam, como lembrava Paulo VI³⁷, não é menos verdade que a pobreza nasce e cresce da injustiça e nela se consolida. Ao se pensar a Doutrina Social da Igreja como critério hermenêutico de tradução da realidade e como instrumental epistemológico de intervenção no real, criam-se as condições para imaginar a ação social dos cristãos como uma proposta utópica legitimada pelo realismo pastoral.

2. A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA COMO UMA LINGUAGEM

No prólogo do seu *Tractatus logico-philosophicus*, Wittgenstein escreve que "a linha da fronteira só poderá ser desenhada na linguagem, e o que jaz para lá da fronteira será simplesmente não-sentido"³⁸. Foi tendo como horizonte de sentido o campo da linguagem, que tentou imaginar a Doutrina Social da Igreja como uma linguagem, isto é, um vivido, expresso por sujeitos em vista de uma finalidade precisa. É evidente que, como lembra Roberto Rossi, "a linguagem não é rígida, não possui uma fixidez que possa privilegiar um termo em relação a outro. Ela é intrinsecamente flexível e, no seu convencionalismo, apresenta-se com muitos termos possíveis"³⁹.

³⁷ Cf. *Populorum Progressio*, particularmente os parágrafos 5, 61 e 76.

³⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico*. Tradução e prefácio de M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. p. 28 (no mesmo volume também foi publicado *Investigações Filosóficas*).

³⁹ ROSSI, Roberto. *Introdução à filosofia: história e sistemas*. Tradução de Aldo Vannucchi. São Paulo: Loyola, 1996, p. 301.

³⁶ Para uma discussão mais detalhada deste critérios veja: Instrumento de trabalho p. 8-9. Veja também: BIGO, Pierre; ÁVILA, Fernando Bastos de. *Fé cristã e compromisso social*. São Paulo: Paulinas, 1983. ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena enciclopédia de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1991.

Para não deixar o agir pastoral, bem como a própria hermenêutica da assim denominada Doutrina Social da Igreja, presas fáceis de um relativismo qualquer é que se anunciaram acima três critérios cristalizados nas noções de 'vivido', 'sujeito' e 'finalidade'. A Doutrina social da Igreja é patrimônio da comunidade eclesial; assim, tão plural quanto a própria Igreja, a Doutrina Social poderá exprimir-se em matizes variadas. Contudo, é tarefa de sempre guardar o que a constitui, ou seja, a consciência e a historicidade do seu ser feito experiência confirmada e assumida no vivido que lhe dá não apenas consistência e identidade, mas também possibilidade de interlocução e diálogo.

Ao dizer que a Doutrina Social da Igreja é parte consistente do vivido da Igreja, afirma-se que ela não é apenas um conteúdo assumido, guardado e transmitido. Não se trata pois de um monumento ao passado. Ao contrário, ao identificar a Doutrina Social da Igreja a uma linguagem que se constitui na realização do vivido da Igreja, se está dizendo que ela é uma identidade em construção através de um processo que não apenas relê, como também elabora novos textos, conforme a necessidade e o desejo o exigem. Supera-se assim, de um lado a pretensão arqueológica e, de outro, a tentação futurística. Nem culto exacerbado ao passado, nem excessivo devotamento ao idealismo, apenas compromisso político-utópico com o presente.

A predominância do presente revela a importância de se ter consciência da exigência de que urge identificar onde reside o protagonismo específico da Igreja, que através da sua Doutrina Social não apenas dá um rosto às suas estruturas, como oferece, aos que não são Igreja, uma imagem reveladora do seu ser ou de seu próprio entendimento do sentido histórico que, apesar de interior, aponta para uma exterioridade. Pois, como escreve Rossi ao comentar Wittgenstein, "o sentido da vida e do mundo ou está fora dele ou não tem sentido algum: com essas palavras, Wittgenstein alude à transcendência, ou seja, ao sentido fundamental da vida e do mundo, impossível de ser definido e explicado"⁴⁰. Com isso, aponta-se para o entendimento segundo o qual a Doutrina Social da Igreja não se encerra num corpo doutrinal estático e de-

finitivo mas, ao contrário, obedece a lógica à qual a própria Igreja deve estar submetida. Tanto a Igreja como a sua Doutrina Social só têm sentido quando governadas pelas exigências do Reino de Deus, ou mais exatamente pela exigência de comunhão absoluta, onde o criador já não é mais mistério e onde a criatura é tudo o que agora ela pode ser e não o é ainda.

Nisto consiste a finalidade da Doutrina Social da Igreja pensada como linguagem: ser, portanto, instrumento de comunhão. Tornar-se instrumento de comunhão, sendo lugar de realização da própria comunhão, é possível na medida que a Doutrina Social da Igreja, partindo do vivido, rompe com o domínio do estabelecido e não só permite um espaço de contestação da desordem estabelecida, como se constitui num espaço-tempo onde utopias são elaboradas permitindo apressar – particularmente pela superação da injustiça, como a mais violenta e grave ameaça à fragilidade do ser indefeso por que pobre – a própria comunhão.

Ao entender a Doutrina Social da Igreja como um vivido que, no agir dos protagonistas eclesiais, busca a comunhão, pode-se dizer que, apesar de anterior à própria Teologia da Libertação, de um lado a Doutrina Social da Igreja prepara as condições teóricas para o aparecimento desta teologia e que de outro lado a reapropriação de um discurso sobre a Doutrina Social da Igreja significa a própria continuidade da luta – teórica e política – por justiça, o que coloca a percepção da Doutrina Social da Igreja como linguagem em continuidade com o esforço latino-americano de construir a comunhão a partir desta reflexão teológica⁴¹.

Ao aproximar-se de sua própria tradição e experiência transformando-as em discurso sistematizado e argumentado na Doutrina Social da Igreja, a comunidade cristã em geral e a católica em particular têm a ocasião de tomar consciência de que sua presença no mundo precisa ser legitimada e por conseguinte, explicitada, permitindo que a opacidade do símbolo dê lugar à

⁴¹ Particularmente sobre o primeiro aspecto o da Doutrina Social como antecessora da Teologia da Libertação algumas pistas de reflexão podem ser encontradas em COMBLIN, José; FAUS, José I. González e SOBRINO, Jon (editores). *Cambio social y pensamiento cristiano en América latina*. Madrid: Trotta, 1993.

⁴⁰ ROSSI, Roberto, op. cit., p. 301.

transparência da comunicação. É este aspecto que prepara o entendimento da Doutrina Social da Igreja como serviço dos cristãos na Igreja para a vida do mundo.

Para que não somente a linguagem da Doutrina Social da Igreja, mas ela própria como linguagem seja compreendida – mediada ou não por esta linguagem – e para que esta comunicação torne-se realidade, é preciso ir além da consciência do discurso particular inteligível, e também gerado por uma comunidade com pretensões universais, mas com existência singularizada. Trata-se de movimentar-se na direção contrária à lógica socio-cultural atual que, pela hegemonia do econômico-financeiro, não permite outra forma de totalização diferente da mercadológica. Vale lembrar, ao referir-se à linguagem como instrumento de comunicação, que “a sociedade atual se encontra incomunicada, somos assolados por infinitas formas de linguagem que não têm significado para a grande maioria das pessoas. A incomunicabilidade leva o homem a não enxergar significado no mundo. Mas de qual linguagem queremos falar? É da linguagem como condição de possibilidade da comunicação, e, no sentido de possibilidade, surgem diversas maneiras de a linguagem se apresentar, podendo ser via de comunicação ou de bloqueio, tendo um teor semântico, ou sendo vazia e sem nenhum significado”⁴².

Já é longo o caminho percorrido no pensamento filosófico ocidental por aqueles que quiseram destacar na linguagem muito mais os elementos de comunicação do que os outros de incomunicabilidade. Marilena Chaui afirma que: “a linguagem é uma forma de nossa experiência total de seres que vivem no mundo e com outros; é uma dimensão de nossa existência”⁴³, porém falar da existência implica no reconhecimento de processos existenciais. Assim, a própria linguagem assume o caráter de fator constitutivo do humano, pois, neste sentido, o humano constitui-se neste processo mais amplo de comunicação ou de incomunicação.

Ao propor, por exemplo, a solidariedade, a Doutrina Social da Igreja opõe-se frontalmente à lógica da concentração e da exclusão, e considera que

⁴² KAZAKEVICIUS, Sandra Tamasiunas; DUARTE IRMÃO, Rogério. “Linguagem em Wittgenstein”, *LUMEN*, IV, 8, junho de 1998, p. 169-176, aqui p. 169-170.

⁴³ CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994, p. 151.

a humanidade não pode ser reduzida a opressores e oprimidos, mas que marcada pela dinâmica da luta de classes, a humanidade enquanto sociedade histórica, não está determinada ao combate e mútuo extermínio mas, ao contrário, pode, particularmente por razões religiosas, encontrar na colaboração a própria identidade. A comunicação então deixa de ser apenas um método, ou mesmo uma meta e pode passar a ser o *ethos logótico*, capaz de ser o tópico a partir do qual o humano torna-se humano, evitando que por exigências políticas a linguagem, ao transformar-se em incomunicação, permita que o discurso vire monólogo destruindo as possibilidades da comunhão.

A Doutrina Social da Igreja possui uma história. Mesmo quando ela se refere à Sagrada Escritura ou aos escritos dos Santos Padres, será a partir da *Rerum Novarum* que ela aparece no interior da Igreja como uma nova linguagem através da qual, a comunidade eclesial não só expressa seu pensamento a propósito das ‘questões sociais’, como também toma o partido dos operários fortemente prejudicados pelas mudanças ocorridas com a industrialização. A Doutrina Social da Igreja se manifesta, portanto, como instrumento de diálogo, tanto os de dentro como os de fora, a partir da interioridade, mas em vista da absoluta exterioridade que é o próprio Reino.

Este pensamento está explicitado na *Ecclesia in América*, quando se afirma: “diante dos graves problemas de ordem social que, com características distintas, se encontram em toda América, o católico sabe que pode encontrar na Doutrina Social da Igreja, as respostas pelas quais inicia a identificar as soluções concretas. Difundir tal doutrina constitui, portanto, uma autêntica prioridade pastoral. É pois importante ‘que na América os agentes de evangelização (Bispos, sacerdotes, professores, animadores pastorais etc...) assimilem esse tesouro que é a Doutrina Social da Igreja e, iluminados por ela, se tornem capazes de ler a realidade atual e de procurar caminhos para agir’ [Propositio 69] (...). A complexa realidade social deste continente é um campo fecundo para a análise e a aplicação dos princípios universais de tal doutrina”⁴⁴.

⁴⁴ EA, 54.

A Doutrina Social da Igreja considerada como instrumento de comunicação e, portanto, como fator determinante na construção da identidade cristã e católica, oferece uma ocasião privilegiada para aprimorar a comunhão no interior da própria comunidade católica, desde que se tenha presente o forte apelo à conversão, que conserva a mensagem cristã, pois a Doutrina Social é também um processo que exige iniciação. No processo de comunicação pela linguagem, “a palavra estabelece o diálogo com outro e, para que haja comunicação, é importante que este outro compreenda o que a palavra ou sentença/proposição quer significar”⁴⁵. A compreensão proposta pela Doutrina Social da Igreja é exatamente a possibilidade de partir de idéias assim chamadas *religiosas* para se chegar às idéias de *caráter religioso*, mas também de cunho civil, como por exemplo justiça e democracia, através de uma elaboração teológica, que vê no processo de conversão o fundamental da vivência cristã no seguimento de Jesus de Nazaré.

Mais uma vez o documento *Ecclesia in America* é um ótimo indicativo neste ponto. Segundo este documento, “a conversão não é completa se falta a consciência das exigências da vida cristã e se não nos esforçamos para cumpri-las. Os Padres Sinodais, a esse respeito, assinalam que infelizmente ‘existem grandes lacunas de ordem pessoal e comunitária, tanto no que diz respeito a uma conversão mais profunda, como no que concerne às relações entre os ambientes, as instituições e grupos na Igreja’ [Propositio 34]. ‘Aquele que não ama seu irmão, a quem vê, é incapaz de amar a Deus, a quem não vê’ (1Jo 4, 20).” O texto ainda acrescenta “A caridade fraterna implica desvelo por todas as necessidades do próximo. Quem possuir bens deste mundo, e vir seu irmão sofrer necessidade, mas lhe fechar o coração, como pode estar nele o amor de Deus?” (1Jo, 3, 17). Por isso, a conversão ao Evangelho, para o povo cristão que vive na América, significa rever ‘todos os ambientes e dimensões da vida, especialmente tudo o que diz respeito à ordem social e consecução do bem comum’ [Propositio 34]. Em particular, caberá

⁴⁵ KAZAKEVICIUS, Sandra Tamasiunas; DUARTE IRMÃO, Rogério, op. cit., p.170.

‘cultivar e fazer crescer a consciência social da dignidade da pessoa e, portanto, promover na comunidade a sensibilidade do dever de participar da ação política segundo o Evangelho’ [Propositio 34]⁴⁶.

Mirar-se pela busca da conversão (que deve estar associada à coragem e à comunhão) é uma estratégia não somente evangélica, como também uma prática de grande eficácia pastoral, pois situa a ação da Igreja onde ela deve ser colocada, a saber, a serviço do Reino; assim, servido-se da Doutrina Social da Igreja como linguagem que busca afinar discursos, dirigidos tanto ao público interno como ao público externo, a pastoral se prepara para uma efetiva prática de serviço⁴⁷, disposta a enfrentar os autênticos desafios impostos pelos tempos modernos⁴⁸. Percebida como linguagem, a Doutrina Social da Igreja facilita o diálogo entre os de dentro. Ao beber no poço da tradição social cristã, somos fortificados nas raízes das nossas motivações e propósitos. Somos ainda convidados a uma prática ecumênica, agora caracterizada não apenas como unidade na doutrina, mas principalmente como comunhão no agir e portanto unidade no exercício do amor⁴⁹.

A partir de uma certa assistência caritativa que se deixa pautar pela Doutrina Social da Igreja, pode-se chegar à elaboração de um modelo de sociedade. A partir da assistência, chega-se e explicita-se um discurso que revela Deus e aponta para a comunhão com Deus e com a criação, comunhão esta que se coloca acima da uniformidade e é também garantida pela pluralidade de concepções e de atividades cristãs que dão visibilidade à fé da Igreja, independente dos diferentes ambientes onde estas idéias e práticas se manifestam.

⁴⁶ EA, 27.

⁴⁷ COMBLIN, José. “Desafios dos cristãos do século XXI”. *Vida Pastoral*, São Paulo, v. 41, n. 210, p. 17-23, jan./fev. 2000.

⁴⁸ ANTONIAZZI, Alberto. “Diretrizes da Igreja e virada do milênio (tendências, conflitos, perspectivas)”. *Vida Pastoral*, São Paulo, v. 41, n. 210, p. 2-8, jan./fev. 2000; ALTEMEYER Jr., Fernando. “A caminho do 10º Encontro Intereclesial de Cebis”, *Vida Pastoral*, São Paulo, v. 41, n. 210, p. 9-15, jan./fev. 2000.

⁴⁹ Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, *Dignidade humana e paz: novo milênio sem exclusão: manual*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 2000.

A Doutrina Social da Igreja passa, então, a ser o programa mínimo, a partir do qual os cristãos em geral e católicos em particular passam a enfrentar um problema que não é só deles. Enquanto linguagem, a Doutrina Social da Igreja pode ser interpretada como um lugar simbólico que, para tornar-se comunicação, é necessário que se tenha acesso às referências. É assim que as Feiras comunitárias, cooperativas, associações, projetos como 'fonte nova' e 'via-láctea', antes citados⁵⁰ comportam-se como referências capazes de vivificar as motivações que fazem da Doutrina Social da Igreja um critério fundamental do agir da comunidade eclesial. A busca do Reino de Deus faz de nossas ações apenas uma agir sacramental, apenas um serviço, através do qual, se torna possível perceber a presença de Deus no mundo.

3. UM SERVIÇO DOS CRISTÃOS NA IGREJA PARA A VIDA DO MUNDO

Nosso tempo exige da Igreja uma atuação decidida e profundamente marcada tanto pela "presença" quanto pelo "serviço"⁵¹. Dom Demétrio Valentini é claro quando escreve: "a Igreja precisa estar presente no mundo. 'Não peço que os tiores do mundo' (Jo 17, 15), falou Jesus a seu Pai, referindo-se a seus discípulos. A presença é condição básica para a Igreja cumprir a missão, como o Senhor, que se encarnou, se fez presente, assimilou a realidade social de seu tempo, e a partir daí fez acontecer sua ação salvadora. (...) Mas esta 'presença' se ilumina pela atitude de 'serviço', testemunhada com grande ênfase por Jesus Cristo em seu Evangelho. Assim, as 'pastorais sociais' querem ajudar a Igreja a ter uma 'presença de serviço na sociedade'"⁵².

É evidente que tanto a Ação Social da Igreja como a própria aplicação dos princípios da Doutrina Social da Igreja não são exclusividade das assim chamadas pastorais sociais. No entanto, estas, ainda que sem referir-se expli-

citamente à Doutrina Social da Igreja, são, na Igreja, privilegiadas promotoras desta doutrina, sobretudo através das práticas de globalização da solidariedade particularmente nestes tempos, onde a pobreza insiste em globalizar-se⁵³.

Ao discutir o problema da globalização, num dos mais belos parágrafos da Exortação Apostólica *Ecclesia in America*, o papa João Paulo II escreve: "o complexo fenômeno da globalização, como lembrei anteriormente, é uma das características de nossa época, verificável especialmente na América. Dentro dessa variada realidade, o aspecto econômico assume grande importância. Com a sua doutrina social, a Igreja oferece uma válida contribuição, para a problemática que a atual economia globalizada apresenta. Sua visão moral nessa matéria 'apoia-se sobre os três alicerces fundamentais da dignidade humana, da solidariedade e da subsidiariedade' [Propositio 74]. A economia globalizada, respeitando a opção preferencial pelos pobres – que devem ser colocados em condições de defender-se numa economia globalizada –, deve ser analisada à luz dos princípios da justiça social e das exigências do bem comum internacional. Na verdade, 'a Doutrina Social da Igreja é uma visão moral que visa estimular os governos, as instituições e as organizações privadas para que projetem um futuro compatível com a dignidade humana. Nesta perspectiva, podem-se considerar as questões relacionadas com a dívida externa, a corrupção política interna e a discriminação tanto dentro das nações como entre elas' [Propositio 74]. A Igreja, na América, é chamada não só a promover uma maior integração entre as nações, contribuindo para criar uma autêntica cultura globalizada da solidariedade [cf. Propositio, 70], mas também colaborar com todos os meios legítimos para a redução dos efeitos negativos da globalização, tais como o domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos, especialmente no campo econômico, e a perda dos valores culturais locais em favor de uma mal entendida homogeneização"⁵⁴.

⁵⁰ Cf. *Economia e Reino de Deus, Instrumento de Trabalho*, p. 13 (Sinais de uma economia solidária).

⁵¹ SETOR PASTORAL SOCIAL – CNBB. *As pastorais sociais na virada do milênio: análise da conjuntura (1992-1999)*. São Paulo: Loyola, 1999, veja particularmente 15-35.

⁵² *Ibidem*, p. 17-18.

⁵³ Sobre a globalização da pobreza confira: CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*, op. cit., Veja também VVAA. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997; BATISTA Jr., Paulo Nogueira. *Mitos da "globalização"*. São Paulo: Pedex, 1998.

⁵⁴ EA, 55.

Pela ação dita social, pastorais na Igreja efetivam a pedida globalização da solidariedade, sobretudo, porque esse serviço dos cristãos ao mundo, permite não apenas a luta contra a exclusão⁵⁵ e a miséria mas, sobretudo, a inauguração de uma nova forma de ver o mundo onde o sofrimento⁵⁶ não é apenas uma categoria existencial, mas tem profunda incidência na vida política e possui importante conteúdo ético. Nesta perspectiva, pois, a superação do sofrimento, enquanto “a dor mediada pelas injustiças sociais”⁵⁷, é o desafio que pesa sobre as instituições eclesiais a fim de que a exigência evangélica do serviço ao pobres⁵⁸ não se transforme num ato apenas de assistência (ainda que muito positiva) e piedade, mas traduza um desejo de libertação numa prática compassiva⁵⁹.

Desta forma, ao se permitir que a Doutrina Social da Igreja, para além de uma linguagem, torne-se também um elemento articulador da prática cristã pode se permitir que o serviço ao mundo, e particularmente ao mundo dos

⁵⁵ Sobre a questão da discussão do termo veja com proveito o texto: WANDERLEY, Mariangela Belfiore. “Refletindo sobre a noção de Exclusão”. In: SAWAIA, Bader, *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, Petrópolis: Vozes, 1999, p. 16-26. Veja também: CAMPOS, Pedro Humberto Faria. “Parâmetros para uma concepção psicossocial da exclusão”, *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 9, n. 6, p. 1283-1298, nov./dez. 1999.

⁵⁶ A utilização do termo “sofrimento” como categoria de análise da dialética exclusão / inclusão é utilizado pela pesquisadora Bader Sawaia. Cf. SAWAIA, Bader. “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão”. In: SAWAIA, Bader Burihan (org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 97-118.

⁵⁷ SAWAIA, Bader Burihan. “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão”. op. cit. p. 102.

⁵⁸ Cf. CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 1999-2002, op. cit.

⁵⁹ É bastante interessante a distinção feita por Bader Sawaia entre piedade e compaixão. Segundo ela, piedade é “a paixão pela compaixão, é sentimento que encontra em si mesmo o seu próprio prazer, aprisionando o homem ao seu próprio sofrimento”. Enquanto que a “compaixão é o sofrimento que faz voltar à ação social, pode adquirir um caráter público e unificar os homens em torno de um projeto social” [SAWAIA, Bader. “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão”. In: SAWAIA, Bader Burihan (org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 105.

pobres, seja o doador de sentido que além de explicitar a essência da identidade cristã é também capaz de realizar esta tarefa, revelando também a alma de nossa ação eclesial, de tal forma que assim a esperança cristã possa ser traduzida em valores ou bandeiras civis como justiça⁶⁰, democracia, trabalho, família etc. Assim, a Doutrina Social da Igreja pode tipificar uma maneira de abrir-se ao outro e, como linguagem, permite, pela construção do discurso, a saída do próprio fechamento possibilitando, na pluralidade de formas, o desenvolvimento de um processo pedagógico onde a meta é a emancipação, de tal forma que de consumidor ou ouvinte, as pessoas passam a ser consideradas como sujeitos e, evidentemente, à medida que agem eclesialmente, passam também a ser, no mundo, sinais da Trindade, a serviço do Reino, pois assim na Igreja, certamente o serviço assegurará a vida deste mundo onde se quer ser sinal.

Pe. Márcio Anatole de Sousa Romeiro é Doutor em Filosofia, professor da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, membro do departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP, Universidade onde coordena o Serviço de Pastoral Universitária e Animador da Pastoral da Moradia da Região Episcopal Ipiranga.

⁶⁰ Cf. ARNS, Paulo Evaristo. “Cidadania e esperança”, *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v.7, n. 26, p. 13-20, jan./mar. 1999.